

O REGRESSO DO ISLÃO: OS MUÇULMANOS EM ESPANHA. PERCEPÇÕES, CRENÇAS E REALIDADES*

Sandra Liliana Costa

(Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho)

As comunidades muçulmanas nas várias sociedades da Europa onde marcam presença estão a viver actualmente um momento crítico e ao mesmo tempo decisivo para o seu futuro, apresentando desafios quer às sociedades de acolhimento, quer aos seus líderes e membros no que toca à questão da sua efectiva integração. Os Muçulmanos residentes na Europa não se limitam a deslocar para aqui a sua religião, mas tratam de a viver num novo contexto, reestruturando o seu modo de vida a partir de uma nova realidade. Este Islão europeu, minoritário – ou utilizando a expressão de Felice Dasseto, *Islão transplantado* – também foi marcado por crises sucessivas (por exemplo, o *affair du foulard* e a vivência do Islão nas escolas), as quais, por um lado, ajudaram ao estabelecimento da identidade dos Muçulmanos na Europa, e por outro, influíram na definição e no enriquecimento de uma identidade europeia que se encontra em devir. Esta identidade deverá ser inclusiva de todos os cidadãos europeus, portadores de um conjunto de valores específicos à Europa e comuns entre os seus países, e ao mesmo tempo ser suficientemente aberta para não rejeitar o *Outro*, neste caso, o Muçulmano residente.

O Islão em Espanha distingue-se do Islão vivido em outros países europeus devido a um facto distintivo: os oito séculos de convivência hispano-árabe, os quais constituem um importante marco psicológico com a recordação do al Andalus, símbolo de esplendor máximo da civilização muçulmana no mundo. Curiosamente, este passado florescente de presença muçulmana contrasta com a actual percentagem de Muçulmanos a residir no país, relativamente baixa numa perspectiva comparativa europeia. Se estamos muito longe da imagem estereotipada que reduz o Islão da Europa à invasão, à conquista, às conversões, à perpetuação de tradições inassimiláveis – mesmo se a experiência migratória conduz, por vezes, a

práticas mais ostentadoras e tradicionais que no país de origem –, o certo é que, ontem como hoje, tanto aquelas comunidades de Muçulmanos, como estas novas colectividades vivem sob suspeita, despertando receios em alguns sectores da sociedade. Assim, podemos dizer que Espanha tem uma relação longa, complexa e nem sempre fácil com o Islão!

Seguidamente, irá ser feita uma breve caracterização da comunidade islâmica em Espanha em termos de nacionalidades, correntes religiosas e estatuto sócio-profissional, bem como explicar o contexto de chegada ao país e institucionalização do culto muçulmano em Espanha. De igual modo, serão abordados alguns factores que poderão influenciar a evolução futura destas comunidades no país vizinho, bem como a sua relação com a sociedade de acolhimento.

Origem e caracterização socioeconómica das comunidades islâmicas em Espanha

A presença islâmica em Espanha é de origem recente, o que se explica pelo facto de estar intimamente ligada ao fenómeno imigratório, iniciado na década de 1970, e com a chegada de pessoas provenientes de países islâmicos. Espanha situa-se na trajectória das rotas de imigração Sul – Norte, sendo que actualmente é o país europeu onde a imigração mais tem crescido. Segundo dados divulgados recentemente, os imigrantes residentes no país são responsáveis por metade do crescimento económico espanhol dos últimos cinco anos.¹ Nos nossos dias, do ponto de vista sociológico dificilmente se poderá falar de uma comunidade muçulmana em Espanha, já que o Islão naquele país não pode ser visto como uma entidade monolítica. A diversidade desta presença faz com que seja mais correcto falar de *comunidades* em vez de *comunidade*: o Islão em Espanha é heterogéneo a nível de nacionalidades, etnias e culturas; os vários grupos têm um estatuto socio-económico diferenciado e estão integrados na sociedade de modo distinto; entre estes existem divergências, nomeadamente em relação a assuntos políticos e sociais; e estão dispersos por todo território espanhol.

¹ Semanário *Sol*, 18 de Novembro de 2006.

Calcula-se que cerca de 800 mil indivíduos,² professando o Islão, elegeram Espanha para viver e procurar as condições que não encontrariam nos seus países de origem. No entanto, é impossível determinar a dimensão exacta da imigração ilegal e a influência que esta poderá ter na alteração destes números.

A história da comunidade islâmica em Espanha começa a ser delineada na fase final do regime franquista, quando se começa a verificar um certo desanuviamiento do clima social. Na década de 50, Espanha havia já assinado numerosos acordos culturais com países como o Egipto, Iraque, Irão, Jordânia, Líbano, Síria e Marrocos e ao longo das décadas seguintes, continuou a fomentar as suas relações com alguns países árabes, por razões práticas e políticas. Esta aproximação possibilitou a chegada dos primeiros imigrantes oriundos de países do Médio Oriente, tais como da Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. Estes eram sobretudo estudantes, homens de negócios e profissionais liberais pertencentes à classe média. Por volta de 1977, chegou um pequeno grupo de Palestínianos, com o estatuto de refugiados políticos. A partir de 1979, começaram a chegar alguns Iranianos, primeiro fugidos da revolução desse ano, depois do conflito com o Iraque. Chegaram de igual modo pessoas de outros países árabes e asiáticos e da África central. A inserção social e profissional destes grupos decorrem sem grandes problemas. Muitos destes elementos ocupam hoje cargos de gestão, executivos, técnicos e profissionais liberais. Pertencem à classe média, e grande parte deles conseguiram cidadania espanhola, o que reflecte a sua boa integração na sociedade de acolhimento.

Ainda durante a década de 1960 começou a verificar-se um pequeno fluxo de imigrantes de Marrocos. Esta corrente inicial era marcada pelo carácter ilegal e transitório de muitos dos seus elementos. Ainda que, inicialmente, alguns destes imigrantes encarassem Espanha como um ponto de passagem para países como o Reino Unido, França, Alemanha ou Bélgica, a grande maioria acabou por aqui se estabelecer. Com a crise económica e o encerramento das fronteiras europeias em 1973, a

² A 30 de Junho de 2006 tinham autorização de residência em Espanha 503,966 Marroquinos; 36,499 Argelinos; 26,972 Senegaleses; 25,756 Paquistaneses e 18,549 Nigerianos. Os Iranianos contribuíam para este número com 2027 indivíduos, os Bangladechis com 4,655, os Mauritanos com 7,541, os Sírios com 1681 e os Libaneses com 1,068. Dados do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, Secretaria de Estado da Imigração e Emigração (http://extranjeros.mtas.es/en/general/tabla7_1_jun06.html).

população imigrante marroquina a fixar-se em Espanha aumentou consideravelmente. O seu estabelecimento coincidiu com duas dinâmicas importantes da sociedade espanhola: o abandono do seu carácter tradicional de país de emigração (até então, Espanha, à semelhança de outros países do sul da Europa, era tradicionalmente exportadora de mão-de-obra) e a intensificação do êxodo das populações rurais para as cidades. Estes imigrantes procuraram emprego na indústria do turismo nas costas mediterrânicas ou ocuparam os lugares deixados vagos nas áreas rurais pela fuga das populações para as grandes cidades.

Nos anos 80 a Espanha adere à então CEE e, com a melhoria do ambiente económico, torna-se país de acolhimento para muitos estrangeiros. Inicia-se o que podemos chamar de uma segunda vaga de imigração, sobretudo no que respeita a imigrantes provenientes de países muçulmanos. Esta é, sobretudo, composta por estratos sociais marginalizados nos diferentes países de proveniência. Fogem da deterioração da economia dos seus países, bem como de crises sociais frequentemente acentuadas por crises políticas. A maioria destes fluxos continua a ter origem no Norte de África, especialmente em Marrocos, situação que se mantém até aos nossos dias. Seguem-se os imigrantes da Argélia, do Senegal, da Nigéria, do Paquistão e do Bangladesh. Instalam-se preferencialmente nas regiões da Catalunha, Madrid, Andaluzia e Valência. Procuram trabalho nos sectores mais mal remunerados da economia – construção civil, agricultura, em várias indústrias, minas, e em menor grau no comércio – e constituem uma das classes sociais mais marginalizadas, muitos vivendo com grandes dificuldades. Destes indivíduos sobressai primeiro a sua identidade nacional e o seu estatuto socioeconómico – de trabalhadores estrangeiros que procuram Espanha para melhorar a sua condição económica, sujeitando-se a todo o tipo de trabalhos – e só depois a sua condição religiosa. Posteriormente, como sucede muitas vezes, poderá haver uma evolução no sentido de afirmarem a sua identidade religiosa num contexto que lhes é estranho.

Começa-se, então, a configurar a actual presença islâmica em Espanha, em termos numéricos e no que refere à diversidade cultural e nacional. Este mosaico de povos e de culturas é fruto não só das migrações

de mão-de-obra durante estes anos de crescimento, mas também dos processos de reagrupamento familiar que se seguiu, dos nascimentos no seio da comunidade, assim como das novas mobilidades aparecidas ao longo dos anos 80 e 90: pedidos de asilo, deslocação de jovens licenciados, de classes médias e nalguns casos, mesmo de mulheres. As precárias condições de vida e as diferenças culturais criam obstáculos à integração destes elementos na sociedade espanhola.

Os anos entre 1985 e 1991 foram momentos decisivos para o estabelecimento destas populações em Espanha, já que um processo de regularização permitiu a muitos imigrantes muçulmanos legalizarem a sua condição. Ao longo da década de 1990, outros processos de legalização permitiram que mais de duzentos mil muçulmanos, muitos dos quais provenientes de bolsas de imigração ilegal, formalizarem a sua situação em Espanha.

A lei de 1985 sobre os direitos e liberdades dos estrangeiros, e que tinha por objectivo controlar as entradas de imigrantes e lutar contra a imigração ilegal, favorecia certos colectivos pela afinidade cultural, como os latino-americanos, os quais teriam mais fácil acesso à cidadania espanhola. Os habitantes de Ceuta e Melilla de origem marroquina sentiram-se discriminados, o que provocou alguns protestos.

Já no final da década de 90, ao mesmo tempo que tinha lugar uma acesa discussão sobre a existência de imigrantes integráveis e não integráveis na sociedade espanhola, foram reportados alguns episódios de xenofobia e racismo, direccionados principalmente contra as populações magrebinas. Segundo os especialistas do Observatório Europeu dos Fenómenos Racistas e Xenófobos não se pode falar propriamente de Islamofobia no caso espanhol, alertando para o que denominam de uma *pre-existent ethnic xenophobia* na sociedade. De facto, o termo *El Moro* é com frequência utilizado pelos espanhóis para designar os trabalhadores magrebinos e os habitantes de Ceuta e Melilla. Este termo não tem necessariamente uma conotação religiosa, mas relaciona-se sobretudo com a proveniência geográfica e traços físicos deste grupo. Este vê-se frequentemente confrontado com a ideia histórica de *mouro*, mostrando como por vezes a reconquista, a imagem deformada de um combate

religioso, pode ainda continuar a estruturar o imaginário de alguns espanhóis!

A 22 de Junho de 2006 foram divulgados os resultados de um inquérito (*The Pew Global Attitudes Survey*) conduzido em treze países muçulmanos e ocidentais. Este pretendia avaliar as visões que cada um destes grupos tem do outro. Os resultados obtidos em Espanha merecem ser referidos, para ilustrar um pouco as ideias actuais da sociedade espanhola em relação aos Muçulmanos:

- A maioria da população espanhola exprimiu pessimismo quanto às relações entre o Ocidente e os Muçulmanos (61%). Apenas 23% dos Muçulmanos residentes no país têm a mesma opinião.

- A desconfiança dos Espanhóis em relação aos Muçulmanos cresceu de 37% em 2005, para 62% este ano. Apenas 29% dos Espanhóis têm uma opinião favorável sobre aquele grupo; este valor situava-se nos 46% em 2005.

- Existe ainda um outro dado a sublinhar a deterioração da relação entre não Muçulmanos e Muçulmanos: 41% dos Espanhóis acreditam que a maioria, ou pelo menos, grande parte dos Muçulmanos no seu país apoiam os extremistas islâmicos e grupos como a Al Qaeda, enquanto que 12% dos Muçulmanos ali residentes têm a mesma opinião.

- Para 58% dos Espanhóis há um conflito entre ser muçulmano devoto e viver numa sociedade moderna. Apenas 25% dos Muçulmanos espanhóis partilham da mesma opinião, com 71% a rejeitar veemente tal hipótese.

- A sociedade espanhola considera os Muçulmanos fanáticos (82%), violentos (60%) e arrogantes (42%). Por sua vez, os Muçulmanos em Espanha acham os Ocidentais arrogantes (50%), egoístas (43%), gananciosos (38%) e imorais (29%).

Assim, no decurso de 2006, verificou-se uma clara deterioração do modo como, em Espanha, a sociedade olha os Muçulmanos ali residentes. Uma possível justificação para este facto poderá ser encontrada na conjuntura internacional que rodeia alguns países muçulmanos e na crise gerada em torno da publicação dos *cartoons* de Maomé na Dinamarca.

Os convertidos constituem uma importante componente da presença islâmica em Espanha, apesar das estimativas os apontarem como rondando

apenas os mil indivíduos. O fenómeno da conversão tem algum relevo no caso espanhol, seja pelas motivações que a envolve, seja pelo papel que muitos convertidos assumem dentro das comunidades islâmicas. As conversões tiveram particular destaque durante a década de 1970, nas províncias que haviam sido os centros históricos do Islão em Espanha: Córdova, Granada e Sevilha. Tal é notável considerando que em Espanha ainda não existia uma tradição multi-confessional. Algumas pessoas, com certos fins em vista, buscam na história um fundamento para reivindicarem mudanças, acabaram por ser influenciados pelos oito séculos de presença islâmica. Muitos convertidos foram fundadores e estão hoje na liderança de várias instituições muçulmanas, a que não é alheio o facto de muitas conversões terem tido um fundo político. Alguns estiveram na origem de muitas das reivindicações feitas junto das autoridades, com vista a melhorarem o estatuto das suas comunidades. Os convertidos exerceram, assim, uma importante função de ligação à sociedade. O casamento com pessoas de religião muçulmana também pode estar na base de algumas conversões.

No que respeita às correntes religiosas, tirando os Iranianos (que rondam os dois mil elementos) e um pequeno número de Paquistaneses e Afegãos pertencentes ao ramo xiita, o Islão em Espanha é de tendência sunita.

Reconhecimento legal e institucionalização do Islão em Espanha

O reconhecimento legal do Islão respondeu à vontade expressa por Muçulmanos e poderes públicos de institucionalizar o Islão no seu novo ambiente.

A rapidez com que o Islão foi institucionalizado em Espanha é notável se considerarmos que este se tornou um país de imigração (proveniente de países muçulmanos) massiva só a partir da década de 80. As particularidades da relação de Espanha com o Islão podem ajudar a explicar esta celeridade: o peso da história, bem como a existência das cidades espanholas de Ceuta e Melilla em território marroquino.

Primeiro de tudo, é necessário reter que, para existir um acordo entre o estado espanhol e uma religião, é necessário que se preencham dois requisitos: esta deve ser inscrita no Registo das Entidades Religiosas do Ministério da Justiça, fazendo prova do seu estabelecimento no país, exprimindo os seus fins religiosos, indicando a sua denominação e esclarecendo as suas modalidades de organização e funcionamento; e deve ter um número de seguidores que ateste o seu enraizamento e implantação na sociedade espanhola. Só então o Estado assinará um acordo ou uma convenção de cooperação com esta confissão.

A Constituição de 1978 abriu as portas ao reconhecimento de outras religiões, ao estabelecer a separação entre o Estado e a Igreja Católica. O artigo 16 estabelece que não existirá uma religião de Estado e que ninguém é obrigado a declarar a sua fé. Este texto declara também que os poderes públicos terão em conta as crenças religiosas da sociedade espanhola, e manterão relações de cooperação com a Igreja Católica e com as outras confissões colocando em prática uma igualdade *proporcional* entre as confissões, indexada ao número de fiéis de cada uma delas. A Lei Orgânica de 1980 sobre a liberdade religiosa vem estabelecer o campo e as garantias da liberdade religiosa e especificar o mecanismo adequado para colocar em prática as relações de cooperação. Tal foi o pretexto utilizado por diversas comunidades religiosas, para manifestarem o desejo de obterem o reconhecimento da sua existência por parte do Estado, já que só desta maneira poderiam adquirir certos direitos e garantias legais.

Com efeito, desde a chegada dos primeiros Muçulmanos em meados do século XX, que estes tiveram a preocupação de procurar institucionalizar o seu credo de modo a assinalar a sua presença em Espanha. No entanto, as tentativas de organizar o Islão espanhol encontraram alguns obstáculos, devido às diferenças nacionais, étnicas, culturais, sociais, económicas e doutrinárias que dividem as populações muçulmanas. O elevado número de instituições e associações islâmicas existentes na actualidade reflecte esta diversidade. Actualmente existem 238 entidades muçulmanas registadas junto do Ministério da Justiça espanhol, embora se acredite que algumas possam já não existir ou alterado a sua designação. Estas instituições resultam da solidariedade de pessoas a nível local, as quais procuram um

meio de representar e defender os seus interesses e encontrar respostas para as suas necessidades mais prementes, quer estas sejam de ordem religiosa e cultural ou de ordem socioeconómica.

As primeiras instituições islâmicas nasceram em Melilla e Ceuta, respectivamente em 1968 e em 1971, a que não é alheio o facto de uma parte considerável da população destes territórios ser de origem marroquina. Ainda em 1971, surge em Madrid a Associação Muçulmana de Espanha, fundada por um sírio naturalizado espanhol, à qual pertenceu a iniciativa de construir a primeira mesquita de Madrid. Entretanto, a transição política pós-franquista permitiu desbloquear a situação relativa à formação de associações, que no caso dos Muçulmanos se multiplicam a partir da segunda metade dos anos 70, revelando o pluralismo confessional do país. Foram aparecendo outras instituições, sobretudo na Andaluzia. Entre 1979 e 1983, cidades como Granada, Córdova, Málaga, Sevilha e Almería viram nascer numerosas associações, com uma estrutura organizativa bastante semelhante. Se é verdade que os convertidos criaram as principais organizações, acabam por ser as associações fundadas por imigrantes a ter mais recursos financeiros, fruto dos apoios conseguidos junto dos representantes dos seus países de origem.

Com a chegada de imigrantes muçulmanos mais carenciados a partir da década de 1980, aparecem organizações que procuram ajudar estes indivíduos de poucos recursos na chegada e estabelecimento no novo país. A Associação de Trabalhadores Imigrantes de Marrocos em Espanha (ATIME) é talvez a associação mais representativa deste tipo.

A embaixada do Irão também apoia algumas instituições xiitas existentes em Espanha. Aliás, é interessante ver como nestes últimos vinte anos cresceu o interesse dos corpos diplomáticos dos países árabes e muçulmanos pelas actividades destas instituições. Isto provoca um certo receio ao países de acolhimento de que estas sejam manipuladas por aqueles Estados para obter vantagens junto dos países europeus, influenciar as políticas destes para as suas regiões ou fomentar certas ideias veiculadas por algumas dessas embaixadas. Daqui resultam novas associações, ou ajuda financeira para aquelas com as quais têm maiores afinidades culturais ou nacionais. A Arábia Saudita, por exemplo, doou 20

milhões de dólares em 1992 para a construção do Centro Islâmico de Madrid, o qual inclui a maior mesquita de Espanha. A questão do financiamento é, aliás, um dos grandes problemas com que as associações islâmicas se debatem. Para além das embaixadas, outros recursos financeiros provêm das contribuições dos próprios membros, e de ajudas esporádicas de organizações islâmicas internacionais.

A Comissão Acessória do Ministério da Justiça Espanhol declara, em 1989, o Islão como religião claramente estabelecida no país e parte fundamental do desenvolvimento da identidade nacional. O facto de a presença islâmica em Espanha ser constituída por pequenas comunidades dificultou o concertar de uma posição comum, condição essencial para que se procedesse à negociação de um acordo de cooperação com o Estado. É neste contexto que, em 1992, nasce a Comissão Islâmica de Espanha, resultante da união de outras duas federações: a Federação Espanhola de Entidades Religiosas Islâmicas (FEERI) e a União das Comunidades Islâmicas de Espanha (UCIE). Esta comissão foi o organismo responsável pela assinatura do Acordo de Cooperação com o Estado espanhol, em Abril de 1992. Este acordo confirmou o reconhecimento do culto muçulmano e da sua diversidade em Espanha. Abordando questões de enorme relevância para os Muçulmanos, este acordo faz recomendações às autoridades públicas sobre questões relativas à gestão do culto, e enumera uma série de responsabilidades da Comissão Islâmica. São focados vários temas, relativos à protecção e regras de gestão dos locais de culto e cemitérios, estatuto dos líderes religiosos, estrutura da Comissão Islâmica, benefícios fiscais aplicáveis a determinados bens e actividades das várias comunidades pertencentes à Comissão Islâmica, formação de pessoal religioso, o reconhecimento civil dos casamentos religiosos e a educação religiosa nas escolas. Inclusive, é garantido aos trabalhadores a possibilidade de saírem uma hora mais cedo do emprego durante o Ramadão, e de se ausentarem para assistirem as orações de Sexta-feira. Contudo, para usufruírem deste direito, têm que contar com o consentimento das entidades patronais.

Actualmente, levantam-se algumas questões quanto aos resultados práticos produzidos por este acordo. Isto tem a ver com o desinteresse de muitos Muçulmanos pela instituição que supostamente os representa; com

a ausência de vontade política por parte dos poderes públicos; e com as rivalidades e lutas internas pela liderança da Comissão, sobretudo entre as duas federações que lhe deram origem. Apesar de tudo, não deve ser esquecido que este acordo constituiu uma inovação quando foi celebrado, focando aspectos que só muito mais tarde viriam a ser abordados e sujeitos a discussão em outros países europeus.

Factores condicionantes da integração das comunidades islâmicas.

A existência de uma franja populacional, que embora reduzida, pode através das suas ideias sobre o Islão e acções afectar toda a restante comunidade na qual se insere, é uma realidade bem presente no que toca aos Muçulmanos em Espanha, pelo que se impõe a sua abordagem ao analisar esta minoria.

As investigações no âmbito dos atentados do 11 de Setembro de 2001 confirmaram a existência de grupos de radicais islâmicos em solo espanhol, com ligações a redes internacionais. Uma destas células mostrou-se central durante o planeamento dos atentados de Nova Iorque e Washington, sendo que os seus membros já foram julgados e sentenciados em Setembro de 2005. As autoridades reconheceram que o país assistia à eclosão de pequenos focos de extremismo pelo menos desde 1994, com o surgimento de redes *jihadistas* constituídas por membros residentes no país, mas acreditavam que estes se tratavam da retaguarda de grupos de inspiração salafita que operavam em outros países europeus. Até 2004, a influência das redes islamistas radicais em Espanha estava limitada a acções de logística, obtenção de fundos (regra geral de modo ilícito, como por exemplo através do tráfico de droga ou burlas com cartões de crédito roubados), lavagem de dinheiro, recrutamento de operacionais e fornecimento de documentos falsos.

A 11 de Março desse ano, a notícia de que indivíduos residentes em Espanha planificaram, associaram-se a delinquentes para arranjam meios financeiros e materiais e executaram os ataques nos comboios em Madrid, em nome de uma interpretação restrita e puritana do Islão, chocou não só a sociedade espanhola, mas as sociedades europeias em geral, instalando o

medo entre os Muçulmanos que viviam em Espanha. Este acontecimento foi justificado como sendo uma retaliação pelo apoio do governo de Espanha à invasão do Iraque sob liderança dos EUA.

A implementação em Espanha de correntes ortodoxas, como o Salafismo e o Wahabismo, está relacionada com a chegada ao país de alguns indivíduos defensores de uma interpretação conservadora das fontes do Islão, e comprometidos com grupos de contestação ao regime nos seus países de origem, seja na Argélia, em Marrocos, no Egipto ou na Síria. Por exemplo, algumas das pessoas que foram detidas no âmbito das investigações em curso têm conexões a organizações como ao Grupo Islâmico Combatente Marroquino, ao Grupo Salafita para a Predicação e o Combate argelino e ao braço armado da Irmandade Muçulmana síria.

Numa tentativa de captarem simpatizantes para as suas causas, estes indivíduos exploram os sentimentos de exclusão e a falta de horizontes que afectam muitos dos elementos destas comunidades. Para alguns dos jovens nascidos ou educados na Europa, o Islão assume-se como uma alternativa credível às perspectivas de desemprego, drogas ou delinquência. A pertença religiosa preenche uma lacuna deixada em aberto pelas instituições enfraquecidas, tais como escolas, partidos políticos, sindicatos e associações. A recessão económica desafia ainda mais o mito da mobilidade social e reforça a impressão destes jovens adultos de que falta algo ao seu ambiente europeu, uma lacuna que apenas a religião preencherá. Para muitos jovens em busca de identidade colectiva, a Islamização poderá apenas servir como fonte de solidariedade em vez de um sistema de crença requerendo uma prática rigorosa.

Será oportuno realçar que os líderes das várias comunidades islâmicas em Espanha têm desempenhado um papel exemplar ao condenarem sistematicamente os ataques terroristas ligados à religião islâmica, revelando-se seriamente preocupados com o facto da sociedade poder identificar Islão com terrorismo. Condenam activamente todo o tipo de violência justificada com recurso à religião que professam, tentando separar o Islão da sua utilização para a prossecução de causas políticas. Afirmam que a mensagem veiculada pelo Islão é a moderação, não representando qualquer perigo para a sociedade e afirmando a ilegalidade do terrorismo.

Conclusão

Para concluirmos, em Espanha, constatamos a existência de um Islão plural, que em comparação com outros países europeus, não tem uma dimensão quantitativa muito significativa, mas tem crescido a um ritmo acelerado durante as últimas duas décadas devido ao incremento da imigração. Aliás, a imigração é ainda um tema algo sensível no país vizinho, tendo sido presença obrigatória em algumas das últimas campanhas eleitorais (vejamos os casos da recente campanha para as eleições na Catalunha ou a campanha para as eleições gerais de 2000, que deram a maioria absoluta ao Partido Popular).

Tal como no resto da Europa, os Muçulmanos de Espanha aspiram a uma maior representatividade e legitimidade da sua religião e ambicionam ver reconhecidas as suas contribuições para o tecido social, político, económico e cultural do país. Muitos vivem com dificuldades, e ao tentarem ganhar expressão política e cultural, têm com frequência barradas as suas oportunidades de progredirem socialmente. Para piorar a situação, a consolidação de certas correntes ideológicas entre alguns indivíduos que professam a religião islâmica, e os acontecimentos a que deram origem, instalou um clima de suspeição nas relações entre esta comunidade e a sociedade espanhola, como demonstra os resultados do inquérito referido anteriormente. As ideias de uma pequena minoria militante fragilizaram toda a estrutura comunidade, a qual passou a sentir mais dificuldade no seu quotidiano. Gerou-se uma confusão em torno do Islão, considerado não raras vezes como uma amálgama, estando a sua percepção no espaço público condicionado pelo contexto internacional surgido após o 11 de Setembro de 2001 e pelas problemáticas em torno do tema da imigração. Com um *background* cultural e religioso diferente da restante população, os Muçulmanos são frequentemente olhados à luz de assuntos internacionais, instabilidade política, terrorismo ou ameaças políticas.

Outra dificuldade na relação entre os Muçulmanos e a sociedade geral deriva do facto do Islão não ser visto em toda a sua complexidade, diversidade e riqueza.

Outra percepção distorcida em relação ao Islão é o facto de muitos espanhóis acreditarem na impossibilidade de Muçulmano devoto viver numa sociedade moderna. Dificilmente é tido em consideração que, pelo facto da prática do Islão europeu se inscrever num espaço laico, o praticante obedecendo unicamente à sua própria vontade, adapta a sua vivência religiosa ao ambiente circundante.

Após os atentados de Madrid de 2004, o governo espanhol saído das eleições de 14 de Março reconheceu a importância de melhorar as relações entre Espanha e as comunidades islâmicas presentes no país, e de trabalhar no sentido de criar condições para uma melhor integração daquelas, até porque a aplicação do Acordo de 1992 ficou muito aquém das expectativas criadas. Uma efectiva integração vai exigir ajustamentos permanentes entre as populações em presença e as políticas colocadas em prática pelos actores públicos, quer nacionais, quer locais. Será essencial que se respeitem as especificidades religiosas e culturais de todos os indivíduos, que se acompanhe a sua evolução numa base permanente, que se responda às problemáticas levantadas. Neste sentido, uma das mais recentes iniciativas foi o financiamento de um livro sobre o Islão lançado há pouco tempo, e destinado aos alunos do primeiro ano do ensino básico. Este livro foi escrito em espanhol, por um líder muçulmano e é considerado único na Europa. A ideia é ensinar às crianças muçulmanas mais sobre a sua religião, mas em espanhol, de modo a ajudar à sua integração na sociedade.³

³ "Governo Espanhol financia manual escolar para crianças muçulmanas", *Público*, 19 de Outubro de 2006.

Bibliografia

- ALLEN, Christopher and NIELSON, Jørgen S., *Summary Report on Islamophobia in the EU after the 11 September 2001*, European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, Vienna, May 2002.
- ALLIEVI, Stefano, "Converts and the Making of European Islam", *ISIM Review*, 11, December 2002 (www.isim.nl).
- BURKE, Jason, *Al-Qaeda, A História do Islamismo Radical*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004.
- CESARI, Jocelyn, "European Islam: A Profile", in Shireen T. Hunter (ed.), *Islam in Europe and in the United States, A Comparative Perspective*, Center for Strategic and International Studies, Washington, DC, 2002.
- Del OLMO VICÉN, Nuria, "The Muslim Community in Spain", in Gerd Nonneman, Tim Niblock and Bogdan Szajkowski (ed.), *Muslim Communities in the New Europe*, Reading, Ithaca Press, 1997.
- DITTRICH, Mirjam, "Muslims in Europe: addressing the challenges of radicalisation", *EPC Working Paper No. 23*, European Policy Centre, Março de 2006.
- GÉRVAS, Pedro, "Trial of the 24", *Middle East International*, Nº 749, 29 April 2005.
- LÓPEZ GARCÍA, Barnabé, PLANET CONTRERAS, Ana Isabel, "Islam in Spain", in Shireen T. Hunter (ed.), *Islam, Europe's Second Religion. The New Social, Cultural and Political Landscape*, Westport, Connecticut, Praeger, 2002.
- LÓPEZ GARCÍA, Barnabé, *El Islam y la Integración de la Inmigración en España*, Universidad Autónoma de Madrid, 2001 (www.webislam.com).
- Ministerio de Justicia, Registro de Confesiones Minoritarias (<http://dgraj.mju.es/EntidadesReligiosas/NCindex.htm>).
- Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración, *Extranjeros com targeta o autorización de residência en vigor a 31 de marzo de 2005* (em http://extranjeros.mtas.es/es/general/DatosEstadisticos_index.html).
- Pew Global Attitudes Project, *The Great Divide: How Westerners and Muslims view Each Other*, Pew Research Centre Project, Washington, 22 de Junho de 2006 (<http://pewglobal.org/reports/pdf/253.pdf>).

* Este *Working Paper* tem por base o capítulo publicado no livro *O Islão na Europa*, coord. de Maria do Céu Pinto, Lisboa, Prefácio, 2005. Trabalho realizado no âmbito do projecto POCI/CPO/56994/2004, aprovado pela FCT e pelo POCI 2010 e participado pelo FEDER.